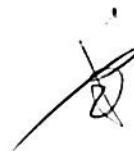


# **Relatório e Contas 2017**



## Índice

1. Mensagem da Direção.....	2
2. Demonstrações Financeiras .....	3

## I. Mensagem da Direcção

Trinta e dois anos volvidos desde a criação da UNICRISANO sempre a pugnar como principal objectivo a reabilitação e inclusão da pessoa com deficiência, bastaria isso para sublinhar que o exercício de 2017, mesmo sem um orçamento enriquecido com receitas de toda e qualquer ordem, uma vez mais justificou a sua existência.

Ao longo do ano a Direcção tomou consciência de naturais limitações que urgirá ultrapassar em anos seguintes, nomeadamente falta de pessoal técnico e disponível junto da Direcção para poder potenciar mais a actividade da União.

Não foi no entanto esta constatação que impediu a movimentação possível face a este contexto da União, nomeadamente a sua representação em reuniões e fóruns casuisticamente reconhecidos como de imprescindível presença, como e título de exemplo as reuniões da Comissão dos CRI (Ministério da Educação) ou nalgumas iniciativas do INR ou outras.

Regista-se nestes eventos, algumas vezes, a participação solidária de técnicos dos nossos associados e por vezes da representação solidária e porque defensora dos mesmos ideais, da FENACERCI.

Em termos de justificação e sustentabilidade financeira, será de registar que terminámos o ano com um Resultado Líquido de 5.714,85€, melhorando-o em relação a de 2016 e que fora negativo de (4.611,25), reconhecendo-se como rubrica principal de receitas a quotização das associadas (6.600,00€), salientando-se o esforço para cumprimento que tem havido por parte de todas.

O saldo final da Caixa e Depósitos à Ordem, no valor de 11.930,50€, permitirá à UNICRISANO, em termos de Conta de Exploração Previsional para 2018, apontar com segurança e até às próximas eleições para os Órgãos Sociais da UNICRISANO, para a sustentabilidade administrativa da mesma e perspectivar um eventual projecto estratégico a ser apresentado na próxima assembleia-geral para aumentar a dinâmica nas mais variadas vertentes, incluindo a apresentação de candidaturas a fundos comunitários e INR.

Finalmente e perante os resultados apresentados, continuar a acreditar que a UNICRISANO, tendo um potencial não quantificável em termos de voluntarismo, dedicação à causa e solidariedade exemplar entre todas as associadas, subalternizando a conquista de receitas, continuou e continuará a defender e a enriquecer o seu principal objectivo assumido com a sua criação em 1986.

O Presidente da Direcção



Pedro Paulo Ramos Ferreira

## **2. Demonstrações Financeiras**

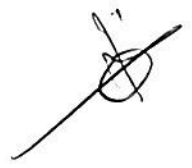
As demonstrações financeiras apresentadas foram elaboradas de acordo com o aprovado pela portaria nº 220/2015 de 24 de Julho, nos termos da normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo. Assim, apresentam-se seguidamente o Balanço em 31/12/2017, a Demonstração de Resultados por Naturezas para o período findo em 31/12/2017, a Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais de 2017 e 2016, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Anexo.

**BALANÇO**

Instituição: UNICRISANO - União dos Centros de Recuperação Infantil do Distrito de Santarém e Outros  
Balço em 31 de Dezembro de 2017

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2017	2016
<b>ACTIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	3 e 5	0,00	0,00
Bens do Património histórico e cultural			
Ativos intangíveis			
Investimentos Financeiros			
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/Doadores/Associados/membros			
Outros Créditos e Ativos Não correntes			
		0,00	0,00
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários			
Créditos a Receber			
Estado e outros entes públicos			
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/Doadores/Associados/membros	9	7.500,00	4.800,00
Diferimentos			
Outros ativos correntes			
Caixa e depósitos bancários	9	11.930,50	14.501,55
		19.430,50	19.301,55
<b>Total do Ativo</b>		19.430,50	19.301,55
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>Fundos Patrimoniais</b>			
Fundos	9	2.110,45	2.110,45
Excedentes técnicos			
Reservas			
Resultados transitados	9	11.005,20	15.616,45
Excedentes de revalorização			
Ajustamentos/ Outras variações nos fundos patrimoniais			
		13.115,65	17.726,90
Resultado Líquido do Período		5.714,85	-4.611,25
<b>Total do fundo de capital</b>		18.830,50	13.115,65
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões			
Provisões específicas			
Financiamentos obtidos			
Outras dívidas a pagar			
		0,00	0,00

**BALANÇO**



Instituição: UNICRISANO - União dos Centros de Recuperação Infantil do Distrito de Santarém e Outros  
Balço em 31 de Dezembro de 2017

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2017	2016
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	9	0,00	0,00
Estado e Outros entes públicos			
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/Doadores/Associados/membros			
Financiamentos obtidos			
Diferimentos			
Outros passivos correntes	9	600,00	6.185,90
		600,00	6.185,90
<b>Total do Passivo</b>		<b>600,00</b>	<b>6.185,90</b>
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		<b>19.430,50</b>	<b>19.301,55</b>



**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZAS**

Unidade Monetária

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(1)

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2017	2016
Vendas e Serviços Prestados	7	6.600,00	6.600,00
Subsídios, doações e legados à exploração	8	0,00	1.505,00
Variação nos Inventários da Produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas			
Fornecimentos e serviços externos	9	-885,15	-13.290,37
Gastos com o Pessoal			
Ajustamentos de inventário ( perdas/reversões)			
Imparidades de dívidas a receber ( perdas/reversões)			
Provisões ( aumentos/reversões)			
Provisões específicas( aumentos/reversões)			
Outras Imparidades ( perdas/reversões)			
Aumentos/Reduções de justo valor			
Outros rendimentos	9	0,00	5.768,62
Outros gastos	9	0,00	-5.194,50
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>5.714,85</b>	<b>-4.611,25</b>
Gastos/reversões de depreciação e amortização	5	0,00	0,00
<b>Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>5.714,85</b>	<b>-4.611,25</b>
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados			
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>5.714,85</b>	<b>-4.611,25</b>
Imposto sobre o rendimento no período			
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>5.714,85</b>	<b>-4.611,25</b>

(1) Euro

Entidade: UNICRISANO

## Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais

### DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO N ( 2017)

UNIDADE MONETÁRIA (1)

Descrição	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe										Interesses que não controlam	Total dos Fundos patrimoniais	
	Notas	Fundos	Excedentes técnicos	reservas	Resultado transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total				
<b>1</b>		2.110,45			15.616,45								13.115,65
<b>POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO N</b>													
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>													
Primeira adoção de novo referencial contabilístico													0,00
Alterações de políticas contabilísticas													0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras													0,00
Realização do excedente de revalorização													0,00
Excedentes de revalorização													0,00
Ajustamentos por impostos diferidos													0,00
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais					-4.611,25								0,00
	2	0,00	0,00	0,00	-4.611,25	0,00		4.611,25				0,00	0,00
<b>3</b>													
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>													5.714,85
<b>4=2+3</b>													5.714,85
<b>RESULTADO INTEGRAL</b>													5.714,85
<b>OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO</b>													
Fundos													
Subsídios, doações e legados													
Distribuições													
Outras operações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00				0,00	0,00
<b>6=1+2+3+5</b>		2.110,45	0,00	0,00	11.005,20	0,00		5.714,85				0,00	18.830,50

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros





## Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais

Entidade: UNICRISANO

### DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO N-I (2016)

Descrição	Fundos Patrimoniais atribuídos aos Instituidores da entidade-mãe								UNIDADE MONETÁRIA (1)		
	Notas	Fundos	Excedentes técnicos	reservas	Resultado transferidos	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	Interesses que não controlam	Total dos Fundos patrimoniais
<b>6</b>		2.110,45			15.372,39			244,06	17.726,90		17.726,90
<b>POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO N-I</b>											
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>											
Primeira adoção de novo referencial contabilístico									0,00		0,00
Alterações de políticas contabilísticas									0,00		0,00
Diferenças de conversação de demonstrações financeiras									0,00		0,00
Realização do excedente de revalorização									0,00		0,00
Excedentes de revalorização									0,00		0,00
Ajustamentos por impostos diferidos									0,00		0,00
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		0,00	0,00	0,00	244,06			-244,06	0,00	0,00	0,00
<b>7</b>					244,06			-244,06	0,00	0,00	0,00
<b>8</b>											
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>								-4.611,25	-4.611,25		-4.611,25
<b>9=7+8</b>											
<b>RESULTADO INTEGRAL</b>											
<b>OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO</b>											
Fundos											
Subsídios, dotações e legados											
Distribuições											
Outras operações		0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00
<b>10</b>											
<b>POSICÃO NO FIM DO PERÍODO N-I</b>		2.110,45	0,00	0,00	15.616,45	0,00		-4.611,25	13.115,65	0,00	13.115,65
<b>6+7+8+10</b>											

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros



PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

UNIDADE MONETÁRIA (1)

RUBRICAS	Notas	Períodos	
		2017	2016
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
Recebimentos de clientes e utentes			
Pagamentos de subsídios			
Pagamentos de apoios			
Pagamentos de bolsas			
Pagamentos a fornecedores			13.290,37
Pagamentos ao pessoal			
Caixa gerada pelas operações			
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-2.571,05	13.355,02
Outros recebimentos/pagamentos			
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		-2.571,05	2.685,33
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Ativos fixos tangíveis			
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Ativos fixos tangíveis			
ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares			
Dividendos			
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		0,00	0,00
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Financiamentos obtidos			
Realização de fundos			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares			
Dividendos			
Redução de fundos			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		0,00	0,00
Variação de caixa e os seus equivalentes (1+2+3)		-2.571,05	64,65
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		14.501,55	14.436,90
Caixa e seus equivalentes no fim do período		11.930,50	14.501,55

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

## Anexo

### Introdução

O anexo, visa complementar a informação financeira apresentada noutras demonstrações financeiras, divulgando as bases de preparação e políticas contabilísticas adotadas e outras divulgações exigidas pelas normas de contabilidade e relato financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL).

O presente documento não constitui um formulário relativo às notas do anexo, mas tão só uma compilação das divulgações exigidas pelas normas referidas, caso aplicáveis à entidade.

### I. Identificação da entidade

I.1 – Designação da entidade: UNICRISANO – União dos Centro de Recuperação Infantil do Distrito de Santarém e Outros (NIF nº 502068736)

I.2 – Sede: Avenida do Bom Amor, 2350-649 Torres Novas

I.3 – Natureza da atividade: Resolução de problemas relacionados com pessoas com deficiência e Associações que as representam.

### 2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

#### 2.1. Referencial contabilístico adotado

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, vertidas no Decreto-Lei nº 98/2015, de 2 de Junho que alterou o Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho, o Decreto-lei nº 36-A /2011 de 9 de Março e o Código das Sociedades Comerciais. Foi considerado igualmente o disposto na Portaria 218/2015 de 23 de julho e na Portaria 220/2015 de 24 de julho que aprovou os modelos das demonstrações financeiras a aplicar às Entidades do Setor Não Lucrativo.

Sempre que esta norma não responda a aspetos particulares que se coloquem à entidade em matéria de contabilização e relato financeiro de transações ou situações, ou a lacuna em causa seja de tal modo relevante que o seu preenchimento impeça o objetivo de ser prestada informação que, de forma verdadeira e apropriada, traduza a posição financeira numa certa data e o desempenho para o período, a entidade deverá recorrer, tendo em vista tão-somente a superação dessa lacuna, supletivamente e pela ordem indicada:

a) Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) e Normas Interpretativas (NI) constantes do Sistema de Normalização Contabilística (SNC),

b) Normas Internacionais de Contabilidade (NIC) adotadas na União Europeia





c) Normas Internacionais de Contabilidade (IAS/IFRS) emitidas pelo IASB e respetivas Interpretações Técnicas (SIC/IFRIC).

Os modelos das demonstrações financeiras apresentadas foram elaborados de acordo com aprovado pela portaria nº 220/2015 de 24 de Julho.

2.2. Indicação e justificação das disposições da NCRF - ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derrogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

Nada a referir.

2.3. Indicação e comentário das contas do Balanço e Demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

Nada a referir.

2.4. Adoção pela primeira vez das NCRF – ESNL- Divulgação transitória

a) Uma explicação acerca da forma como a transição dos anteriores princípios contabilísticos geralmente aceites para a NCRF-ESNL, afetou a sua posição financeira e o seu desempenho financeiro relatados;

Não aplicável.

2.5. Caso uma entidade dê conta de erros cometidos segundo os PCGA anteriores, as reconciliações exigidas nos parágrafos anteriores, devem ser distinguir entre a correção desses erros e as alterações às políticas contabilísticas.

Nada a referir.

### 3. Principais políticas contabilísticas

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das Demonstrações Financeiras

#### ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 31/12/2017 encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas de imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Equipamento administrativo:                    1 a 6 Anos

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam imobilizado ainda em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas de imparidade. Estes ativos fixos tangíveis são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

As mais ou menos-valias resultantes da venda ou abate do ativo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na Demonstração dos resultados nas rubricas Outros rendimentos e ganhos ou Outros gastos e perdas.

## IMPARIDADE DE ACTIVOS

À data do Balanço é efetuada uma avaliação da existência objetiva de imparidades das quais resulte, nomeadamente, um impacto adverso decorrente de eventos ou alterações de circunstâncias que indiquem que o valor pelo qual os ativos se encontram reconhecidos possa não ser recuperável.

Sempre que a quantia escriturada do ativo for superior à sua quantia recuperável, deve ser reconhecida uma perda por imparidade, registada de imediato na Demonstração dos resultados na rubrica de Perdas por imparidade.

A reversão de perdas por imparidade, reconhecidas em exercícios anteriores, é registada quando há evidências de que estas perdas já não existem ou diminuíram, sendo reconhecida na Demonstração dos Resultados, na rubrica de Reversões de perdas por imparidade, e efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida, caso a perda não tivesse sido registada.

Em 2016, não se verificou o reconhecimento de qualquer valor em perdas por imparidades.

## RÉDITO

O rédito é valorizado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A Entidade não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser valorizado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Entidade;
- Os custos suportados ou a suportar com a transação podem ser valorizados com fiabilidade.



O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido, líquido de impostos, pelo justo valor do montante a receber.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Entidade;
- Os custos suportados ou a suportar com a transação podem ser valorizados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação à data de relato pode ser valorizada com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Entidade e o seu montante possa ser valorizado com fiabilidade.

## PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ACTIVOS CONTINGENTES

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a Entidade tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, e seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

As provisões são revistas na data de cada Balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data, tendo em consideração os riscos e incertezas inerentes a tais estimativas.

O montante reconhecido de provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. A estimativa é determinada de acordo com os riscos e incertezas associados à obrigação.

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são valorizadas e registadas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a Entidade é parte integrante das disposições de um contrato ou acordo, cujo cumprimento tem associados gastos que não é possível evitar, os quais excedem os benefícios económicos derivados do mesmo.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir, uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

Em 31/12/2017, não existe qualquer valor referente a passivos contingentes.

## SUBSÍDIOS DO GOVERNO E APOIOS DO GOVERNO

Os subsídios governamentais, incluindo os não monetários pelo justo valor, são reconhecidos quando existe segurança de que sejam recebidos e cumpridas as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios à exploração são reconhecidos na Demonstração dos resultados na parte proporcional dos gastos suportados.



Os subsídios ao investimento não reembolsáveis para financiamento de ativos tangíveis e intangíveis são registados nos Fundos Patrimoniais e reconhecidos na Demonstração dos resultados, proporcionalmente às depreciações/amortizações respetivas dos ativos subsidiados.

## INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

### Clientes e outras dívidas de terceiros

As dívidas de clientes ou de outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

No final de cada período de relato são analisadas as contas de clientes e outras contas a receber de forma a avaliar se existe alguma evidência objetiva de que não são recuperáveis. Se assim for é de imediato reconhecida a respetiva perda por imparidade. As Perdas por imparidade são registadas em sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a Entidade tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

### Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

### Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo custo.

### Periodizações

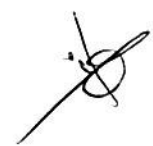
As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados na rubrica Outras contas a receber e a pagar e Diferimentos.

### Caixa e Depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis e sem perda de valor. Os descobertos bancários, caso existam, são apresentados no Balanço, no Passivo corrente, na rubrica de Financiamentos obtidos.

## 3.2. Principais pressupostos relativos ao futuro

Situações que poderão envolver risco de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro de 2017 e que poderão levar a ajustamentos das quantias escrituradas.



Nada a referir.

### 3.3.Principais fontes de incerteza das estimativas

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo periodicamente revistas com base na informação disponível. As alterações nos factos e circunstâncias podem conduzir à revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão diferir daquelas estimativas.

## 4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

4.1.Quando a aplicação de uma disposição desta Norma tiver efeitos no Período corrente ou em qualquer período anterior, salvo se for impraticável determinar a quantia do ajustamento, ou puder ter efeitos em períodos futuros, uma entidade deve divulgar apenas nas demonstrações financeiras do período corrente:

- a) A natureza da alteração na política contabilística;
- b) A natureza do erro material de período anterior e seus impactos nas demonstrações financeiras desses períodos;
- c) A quantia de ajustamento relacionado com o período corrente ou períodos anteriores aos apresentados, até ao ponto em que seja praticável; e
- d) As razões pelas quais a aplicação da nova política contabilística proporciona informação fiável e mais relevante, no caso de aplicação voluntária.

Nada a referir.

## 5. Ativos Fixos Tangíveis

5.1. Divulgações sobre ativos fixos tangíveis:

- a) Bases de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta;

Ver nota 3

- b) Métodos de depreciação usados;

Ver nota 3

- c) Vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas;

Ver nota 3

- d) Quantia escriturada bruta e depreciação acumulada (agregada com perdas por imparidade acumuladas) no início e no fim do período;





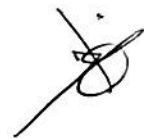
Ver mapa seguinte.

e) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, as revalorizações, as alienações, os ativos classificados como detidos para venda, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações, de acordo com o seguinte quadro:

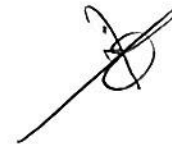
Ver mapa seguinte.

**QUANTIAESCRITURADA E MOVIMENTOS DO PERÍODO EM ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS**

DESCRICÃO	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamentos por conta de AFT	Total
1	Quantia bruta escriturada inicial				939,16					939,16
2	Depreciações acumuladas iniciais				939,16					939,16
3	Perdas por imparidade acumuladas iniciais									
4	Quantia líquida escriturada inicial (4 = 1 - 2 - 3)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5	Movimentos do período: (5 = 5.1 - 5.2 + 5.3 + 5.4 + 5.5 + 5.6)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5.1	Total das adições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Aquisições em 1.ª mão									0,00
	Aquisições através de concentrações de actividades empresariais									0,00
	Outras aquisições									0,00
	Estimativa de custos de desmantelamento e remoção									0,00
	Trabalhos para a própria entidade									0,00
	Acréscimo por revalorização									0,00
	Outras									0,00
5.2	Total das diminuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Depreciações									0,00
	Perdas por imparidade									0,00
	Alienações									0,00
	Abates									0,00
	Outras									0,00
5.3	Reversões de perdas por imparidade									0,00
5.4	Transferências de AFT em curso									0,00
5.5	Transferências de/para activos não correntes detidos para venda									0,00
5.6	Outras transferências									0,00
6	Quantia líquida escriturada final (6 = 4 + 5)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7	Quantia da garantia de passivos e/ou titularidade restringida									0,00







**5.2. As demonstrações financeiras devem também divulgar:**

a) A existência e quantias de restrições de titularidade e ativos fixos tangíveis que sejam dados como garantias de passivos;

Nenhum ativo fixo tangível foi dado como garantia de qualquer passivo.

b) A quantia de compromissos contratuais para aquisição de ativos fixos tangíveis;

Não existe qualquer compromisso contratual para aquisição de ativos fixos tangíveis.

## **6. Custos de empréstimos obtidos**

**6.1. As demonstrações financeiras devem divulgar:**

a) A política contabilística adotada nos custos dos empréstimos obtidos;

Nada a referir

b) A quantia de custos de empréstimos obtidos capitalizada durante o período;

Durante o período não se verificou qualquer capitalização de juros de empréstimos associados a aquisição ou construção de ativos.

## **7. Rédito**

**7.1. Uma entidade deve divulgar:**

a) As políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvam a prestação de serviços;

Ver Nota 3

b) A quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:

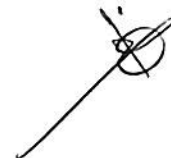
a) Venda de bens;

b) Prestação de serviços;

c) Juros;

d) Royalties;

e) Dividendos.



O rédito reconhecido no exercício findo a 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, apresenta a seguinte decomposição:

Rubricas	31-12-2017	31-12-2016
Réditos reconhecidos no período:		
Vendas de Bens		
Prestação de Serviços	6.600,00	6.600,00
Juros		
Royalties		
Dividendos		

Salienta-se que com o novo regime normativo as quotizações são reconhecidas na conta 72 – Prestações de Serviços.

## 8. Subsídios do Governo e Apoios do Governo

8.1 - Política contabilística adotada para os subsídios do Governo, incluindo os métodos de apresentação adotados nas demonstrações financeiras.

Ver Nota 3

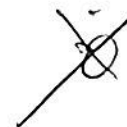
8.2 - Natureza e extensão dos subsídios do Governo reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio do Governo de que diretamente se beneficiou.

8.3 - Condições não satisfeitas e outras contingências ligadas ao apoio do Governo que foram reconhecidas.

Os Subsídios à exploração encontram-se a ser reconhecidos de acordo com a política contabilística descrita na Nota 3.

Em 2017 não foram reconhecidos subsídios à Exploração.

Relativamente a projetos foram recebidos os seguintes valores:



## 9. Instrumentos Financeiros

### Políticas contabilísticas

9.1 - Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras. - Ver Nota 3

### Categorias de ativos e passivos financeiros

9.2 - Quantia escriturada de cada uma das categorias de ativos financeiros e passivos financeiros, no total e para cada um dos tipos significativos de ativos e passivos financeiros de entre cada categoria.

- a) Ativos financeiros mensurados ao justo valor por contrapartida em resultados;
- b) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado menos imparidade;
- c) Instrumentos de capital próprio mensurado ao custo;
- d) Compromissos de empréstimo mensurados ao custo menos imparidade;
- e) Passivos financeiros mensurados ao justo valor por contrapartida em resultados;
- f) Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- g) Ativos financeiros para os quais foi reconhecida imparidade, com indicação, para cada uma das classes, separadamente, i) a quantia contabilística que resulta da mensuração ao custo ou custo amortizado e ii) a imparidade acumulada.

### Caixa e Depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de Caixa e Depósitos bancários apresentava a seguinte decomposição:

	31-12-2017	31-12-2016
<b>Caixa e depósitos bancários</b>		
<b>Activos</b>		
Caixa	37,30	50,00
Depósitos à ordem	11.893,20	14.451,55
Outros depósitos bancários		
<b>Total</b>	<b>11.930,50</b>	<b>14.501,55</b>
<b>Passivos</b>		
Caixa		
Depósitos à ordem		
Outros depósitos bancários		
<b>Total</b>	<b>11.930,50</b>	<b>14.501,55</b>



9.3 – Outras informações que permitem uma melhor compreensão das demonstrações financeiras:

#### **Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/ Associados/Membros**

Em 31/12/2017, o saldo em dívida referente a quotizações dos associados, era de 7.500€.

#### **Outros Passivos Correntes**

Em 31/12/2017 encontravam-se por liquidar referente aos honorários do TOC referentes a 2017.

#### **Gastos do Período**

Nos gastos em FSE, salientam-se as despesas com serviços especializados, honorários, deslocações, despesas de representação etc.

#### **Rendimentos do Período**

Como rendimentos do período salientam-se as quotizações.

#### **Fundos Patrimoniais**

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2017, a rubrica de Fundos Patrimoniais apresentava a decomposição explicitada no mapa “Demonstração das alterações dos fundos patrimoniais”, que integram o presente relatório.

Apenas foi reconhecida a transferência do Resultado do ano anterior para a conta de resultados transitados e o resultado líquido do exercício.

### **10. Benefícios dos empregados**

10.1.As entidades devem divulgar o número médio de trabalhadores durante o ano.

Em 2017, a UNICRISANO não teve qualquer colaborador interno.

10.2.Número de membros dos órgãos diretivos e alterações ocorridas no período do relato financeiro.

Os membros dos Órgãos Sociais foram eleitos no final de 2014 e tomaram posse em Janeiro de 2015, não havendo qualquer alteração na sua composição.

10.3.Informação sobre as remunerações dos órgãos diretivos:

Os Órgãos Sociais da UNICRISANO exercem os seus cargos em regime de voluntariado, não recebendo qualquer remuneração.



## **11. Divulgações exigidas por outros diplomas legais**

O Relatório e Contas após aprovação em Assembleia Geral, é divulgado ao Instituto da Segurança Social, via plataforma OCIP.

No que concerne à Administração Tributária são enviados os documentos exigidos em termos legais e fiscais (Modelo 10, Modelo 25, Modelo 22, IES, e todos os que forem solicitados à Instituição).

## **12. Outras informações**

Em 31/12/2017, a UNICRISANO- União dos Centro de Recuperação Infantil do Distrito de Santarém e Outros não tinha qualquer dívida em mora ou qualquer outro incumprimento perante as suas entidades financiadoras, os seus fornecedores e clientes, o Estado e com todas as restantes partes com quem a Instituição se relaciona.

Torres Novas, 26 de Fevereiro de 2018

O Técnico Oficial de Contas



(Membro nº 66591)

A Direção

